

Fabricando a corda com que irão enforcá-los

É um quadro clássico na psicologia o caso de vítimas de doenças terminais que, mesmo sabendo que estão doentes e das consequências inevitáveis da sua doença, recusam-se, até o último minuto, a acreditar que acontecerá com elas o que fatalmente acontecerá, e continuam fazendo "planos para o futuro" até a véspera de morrerem.

Na cerimônia da posse da nova diretoria da Confederação Nacional da Indústria, ocorrida anteontem em Brasília, com a presença do presidente José Sarney, do ministro Dilson Funaro e de representantes das federações de indústrias de todos os Estados da União e de outros empresários, tivemos mais um exemplo desse fenômeno.

Oito meses após a mais maciça intervenção na economia jamais praticada por um governo na história deste país, à qual se seguiram outras num crescendo de arbitrariedade que culminou com as recentes desapropriações de bois no pasto com o uso de forças policiais fortemente armadas apoiadas por helicópteros da FAB, sua excelência, o sr. José Sarney, abriu a cerimônia de modo francamente espantoso: reafirmando o seu compromisso, assumido em tempos de "ibopes" menos generosos, de entregar ao setor privado a condução da nova etapa do desenvolvimento nacional! E foi com essas palavras que encerrou o seu discurso o homem que está levando ao colapso aquilo que resta da iniciativa privada nacional: "Em qualquer lugar do mundo onde a iniciativa privada entrou em colapso, aí entrou em colapso a nossa liberdade".

Nesta república tão pouco transparente em todos os sentidos, vai-se tornando comum ver as palavras certas nas bocas erradas. Este é mais um caso. E, desta vez, trata-se, também, da afirmação tardia de uma verdade inexorável, tanto que as palavras do presidente devem ser ouvidas muito mais como a constatação de uma realidade presente do que como um vaticínio que se refere a um futuro condicional. De fato, é isso mesmo que acontece quando não existe liberdade econômica. E esta "Nova" República tem-se encarregado de confirmá-lo cabalmente. Afinal, o que resta da "nossa liberdade" num país em que os produtores são obrigados at gunpoint, como se diz nos filmes de faroeste, a entregar por preços gravosos, e exatamente na hora que o governo quiser e não na que mais lhes interessar ou na que o mercado recomendar, aquilo que lhes custou muito dinheiro e muito trabalho para produzir? O que resta da "nossa liberdade" num país onde o sucesso e o lucro empresarial são considerados crimes? O que resta da "nossa liberdade" num país onde não está garantido o direito da propriedade? O que resta da "nossa liberdade" num país onde as leis só valem para a classe errada — a dos produtores —; onde a classe certa — como a chamada "dos trabalhadores" — tem toda a liberdade para violá-las impunemente, e onde a classe eleita — a dos donos do poder e seus exércitos de burocratas — pode violar todas as leis e até decretar novas, fresquinhas, para constranger as demais, quando isto lhe aprouver?

Assim, o que era de se esperar é que as palavras que o presidente Sarney atirou ao seu auditório tivessem, antes, sido atiradas a ele, na forma de uma cobrança, pelas vítimas dessa equação inexorável, que ali estavam sentadas. Não foi o que aconteceu. Mas o mais tristemente espantoso é que não foram lágrimas nem sorrisos irônicos que suas palavras provocaram naquele auditório mas — acreditem se quiserem — um estrondoso e demorado aplauso! E, mais que isso, eles lhe retribuíram a gentileza com um discurso do presidente da CNI, sr. Albano Franco, em que este saudava, com mais veemência que os próprios, as teses que os srs. Dilson Funaro e José Sarney têm transformado na política econômica que os está levando ao colapso... Nem uma palavra, sequer, sobre a elefantíase estatal.

Sabemos perfeitamente que é normal e até socialmente útil e desejável que os grandes empresários de qualquer país democrático tenham uma relação íntima com os governos; que planejem o desenvolvimento de suas empresas de comum acordo com eles, e que recebam incentivos e, conforme o caso, subsídios e proteção contra possíveis concorrentes predatórios desses governos. Afinal suas indústrias costumam lidar com a produção de insumos básicos para todo o resto do sistema produtivo de um país, constituindo, assim, uma peça essencial da própria estrutura econômica da nação. Em todas as democracias mais desenvolvidas do mundo — aquelas de cuja definição faz parte a transparência — esta inter-relação acontece de modo claro e aberto, segundo normas legais padronizadas e bem definidas e sempre passando, depois, pelo julgamento dos representantes do povo no poder Legislativo, de modo que o resultado final de toda a operação reverta em benefício da comunidade. Desse modo, esta convivência nunca toma o aspecto de uma troca de favores nem cria relações de dependência, seja das empresas para com os governos, seja dos governos para com as empresas.

Mas no Brasil que emerge de mais de 20 anos sob um regime autoritário que deixou 70% da nossa economia estatizada e que pretende começar a dar os primeiros passos em direção à construção de um sistema democrático que, por enquanto, não tem nada de transparente, as coisas não acontecem assim. No ambiente fechado dos gabinetes dos poderosos e sem a fiscalização de ninguém, o poder político foi, aos poucos, se habituando a servir-se dos grandes empresários para ajudá-los a cumprir os seus objetivos políticos de momento em troca de "favores" que muito raramente reverterem em benefício da comunidade, abrindo, assim, o caminho para um sem-número de formas de corrupção. Na medida em que o Estado foi avançando sobre fatias cada vez maiores da economia e do sistema produtivo nacional, ele foi-se transformando ou no único comprador dessas grandes indústrias produtoras de bens de capital ou no seu único fornecedor, ou nas duas coisas. Paralelamente, com o enfraquecimento paulatino dos capitais privados em função da diminuição do seu campo de ação, tomado pelo Estado, e da restrição das suas atividades, o Estado acabou-se transformando também no único fornecedor de financiamentos para esses grandes "empresários", criando, assim, uma relação de tão estrita dependência deles em relação ao Estado e aos seus interesses, que essas empresas passam a não ter mais condições de desafiar, mesmo quando se voltam diretamente contra elas próprias.

Aquela parcela da iniciativa privada que ainda não está presa à órbita do Estado, os empresários que têm tido de gastar grande parte do esforço que poderiam dedicar à produção de riquezas para o País, escapar das armadilhas que o Estado vive armando em seu caminho, seja simplesmente para punir o seu sucesso e o seu lucro, seja para vir buscar nos seus bolsos aquilo que ele não produz, mas, de que precisa sofregamente para continuar mantendo os privilégios de seus apaniguados e os prejuízos de suas empresas, advertimos para o fato de que as entidades representativas da iniciativa privada, hoje existentes se acostumaram com o sistema autoritário e não se dispõem a desempenhar o papel que lhes

cabe num regime que pretende ser democrático.

Assim, correm o risco de se transformar em aliados objetivos daqueles que os estão levando ao colapso.

É cada vez mais claro que a convivência entre a economia estatal brasileira do tamanho que ela está hoje e o que resta da economia privada é totalmente impossível; que o momento da "opção final" entre uma e outra se aproxima e que a preferência pela economia estatal que hoje se manifesta claramente entre os que têm o poder de decidir não se alterará nada com o tipo de atitude que a parte mais fraca adotou em Brasília. Que não se enganem: com esta atitude só estão alimentando a doença que os está matando. Estão, como disse Lenin há quase um século, "fabricando a corda com que irão enforcá-los".